



**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

**LEI Nº 604/2017**

**DATA:** 09 de novembro de 2017.

**SÚMULA:** Dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social no Município de São José das Palmeiras – SUAS, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

**LEI**

**CAPÍTULO I**

**DAS DEFINIÇÕES E DOS OBJETIVOS**

**Art. 1º** A assistência social é direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social, tem por funções a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos, organiza-se sob a forma de sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, realizada por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade.

**Art. 2º** A Política de Assistência Social do Município de São José das Palmeiras tem por objetivos:

**I** – A proteção social, que visa à garantia da vida, a redução de danos e a prevenção da incidência de riscos, especialmente à:

- a) família e à maternidade;
- b) infância;
- c) adolescência;
- d) juventude;
- e) velhice e;
- f) pessoa com deficiência.

**II** – A vigilância socioassistencial, que visa à análise territorial de situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos nos diferentes ciclos de vida e dos eventos de violação de direitos e o tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial;

**III** – A defesa de direitos, que visa garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais;

**CAPÍTULO II**

**DOS PRINCÍPIOS, DIRETRIZES E SEGURANÇAS AFIANÇADAS**

**Seção I**





**Art. 35.** Os benefícios eventuais podem ser prestados na forma de pecúnia, bens de consumo ou prestação de serviços, ou em ambas as formas, conforme a necessidade do requerente e disponibilidade da administração pública.

**Art. 36.** O público alvo para acesso aos benefícios eventuais deverá ser identificado pelo Município a partir de estudos da realidade social e diagnóstico elaborado com uso de informações disponibilizadas pela Vigilância Socioassistencial, com vistas a orientar o planejamento da oferta.

**Art. 37.** Os benefícios eventuais devem ser prestados em virtude de nascimento, morte, vulnerabilidade temporária e calamidade pública, observadas as contingências de riscos, perdas e danos a que estão sujeitos os indivíduos e famílias.

**Parágrafo único.** Os critérios e prazos para prestação dos benefícios eventuais devem ser estabelecidos por meio de Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social, conforme prevê o art. 22, § 1º, da Lei Federal nº 8.742/1993.

**Art. 38.** Ato normativo editado pelo Poder Executivo Municipal disporá sobre os procedimentos e fluxos de oferta na prestação dos benefícios eventuais.

**Art. 39.** As despesas decorrentes da execução dos benefícios eventuais serão providas por meio de dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social.

**Parágrafo único.** As despesas com Benefícios Eventuais devem ser previstas anualmente na Lei Orçamentária Anual do Município – LOA.

## **Seção II**

### **Dos Serviços e Programas de Assistência Social e Projetos de Enfrentamento a Pobreza**

**Art. 40.** Serviços socioassistenciais são atividades continuadas que visam à melhoria de vida da população observando os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas na Lei nº Federal 8742/1993, e na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

**Art. 41.** Os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços socioassistenciais.

**§ 1º.** Os programas serão definidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social, obedecendo os objetivos e princípios que regem Lei Federal nº 8742/1993.

**§ 2º.** Os programas voltados para o idoso e a integração da pessoa com deficiência serão devidamente articulados com o benefício de prestação continuada estabelecido no art. 20 da Lei Federal nº 8742/1993.

**Art. 42.** Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para





**Estado do Paraná**

# **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

## **LEI Nº 619/2018**

**DATA:** 08 de Novembro de 2018

**SÚMULA:** Dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social, Benefícios Eventuais e Programas, seus objetivos, gestão e estrutura de funcionamento.

A Câmara Municipal de Vereadores de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

### **LEI**

**Art. 1º** - A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, realizada através de um conjunto integrado de ações que visam garantir o atendimento às necessidades básicas, tendo como objetivo principal a Promoção e Valorização Humana, em todos seus aspectos. São usuários da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco.

**Art. 2º** - O Município atuará na execução dessas ações em gestão compartilhada através do co-financiamento das esferas federal e estadual, Organizações Sociais, Clubes de Serviços e Entidades sem Fins Lucrativos ou de Utilidades Pública, conforme os princípios e diretrizes estabelecidos na LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social.

**Art. 3º** - A instância coordenadora da Política de Assistência Social é a Secretaria Municipal da Assistência Social, órgão gestor da Política. Sendo o Conselho Municipal de Assistência Social a instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo de Assistência Social, de caráter e composição paritária entre governo e sociedade civil.

**Art. 4º** - Para atingir o objetivo principal instituído por esta Lei, a Secretaria Municipal de Assistência Social, desenvolverá as ações abaixo descritas:

**§ 1º** As pessoas deverão estar devidamente cadastradas no Cadastro Único do Governo Federal.

**§ 2º** Serão considerados como critérios para os efeitos desta Lei: renda per capita de até ½ salário mínimo nacional vigente, destacando que, tanto moradores do perímetro urbano ou rural, deverão apresentar comprovante de residência no município.

**I-** Excepcionalmente, em situações emergenciais, os limites acima mencionados poderão ser alterados com base no parecer técnico social dos profissionais da área de Serviço Social.

**Art. 5º** - As ações previstas nesta Lei serão executadas por técnicos do CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS, unidade pública vinculada a Secretaria Municipal da Assistência Social, que se constituem como pólo de referência de coordenação e articulação da Proteção Social Básica - PSB.





**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

**Art. 6º** - Benefício Eventual é uma modalidade de provisão de proteção social básica de caráter suplementar e temporário que integra organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, com fundamentação nos princípios da cidadania e nos direitos sociais e humanos. Destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

**Art. 7º** - São considerados Benefícios Eventuais:

**I - Auxílio Documentação:** Constitui-se no fornecimento de 2ª vias de Certidão de Nascimento, fotografias e taxas para documentos essenciais ao exercício da cidadania.

**II - Auxílio Natalidade:** Consiste em uma prestação temporária, não contributiva da Assistência Social, em bens de consumo para reduzir vulnerabilidade provocada por nascimento de membro da família.

**III - Auxílio Alimentação:** Constitui-se na concessão de cestas básicas às famílias cadastradas no CRAS.

**IV - Auxílio Passagem:** Constitui-se na concessão de passagem para indivíduos que estiverem de passagem pelo município, e outras pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade temporária causada pelo advento de riscos perdas e danos.

**V - Auxílio Funeral:** Constitui-se em uma prestação temporária não contributiva da Assistência Social, na modalidade de custeio das despesas com velório e sepultamento, para reduzir vulnerabilidade provocada por morte de membro da família.

**VI - Auxílio Assistência Judiciária:** Constitui-se no atendimento de advogado para ajuizar ações consideradas necessárias à garantia da dignidade da pessoa humana, exceto no âmbito criminal.

**VII - Auxílio Cobertor:** Constitui-se na concessão de cobertores visando oferecer mais conforto às famílias, especificamente no período de inverno.

**VIII - Auxílio Cobertura de Emergência:** Concessão de telhas e/ou lonas plásticas para famílias vítimas de calamidade pública ou situação de emergência.

**Art. 8º** - Os critérios para o cadastramento dos usuários da Política de Assistência Social para a concessão dos Benefícios Eventuais, sua caracterização e abrangência são propostos, avaliados e aprovados pelo Conselho Municipal da Assistência Social.

**Art. 9º** - O Poder Executivo Municipal deverá regulamentar por meio de Decreto (Ato normativo) os procedimentos e fluxos de oferta na prestação dos Benefícios Eventuais, normatizando a Lei. Como também, eventuais disposições necessárias ao efetivo funcionamento das ações e programas de que trata esta Lei.





**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

**Art. 10º** - É ainda de competência da Secretaria de Assistência Social desenvolver programas que compreendem ações integradas e complementares, com objetivos, tempo e área de abrangência definidos, para qualificar, incentivar, potencializar e proporcionar melhores condições de vida e inclusão social às pessoas, famílias e/ou grupos.

**I - PROGRAMA DE ATENDIMENTO AO IDOSO:** Destinado a atender idosos residentes no Município, mediante trabalho de orientação e acompanhamento, para propiciar condições dignas de atendimento, bem como promover e assegurar ao idoso, com prioridade, a efetivação do direito à vida, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer e à cidadania, conforme previsão estatuída no Estatuto do Idoso:

**a) Festividades para idosos** – Passeios, Encontros, Celebração de Natal, Dia do Idoso, Bailes e Festa Junina.

**II- PROGRAMA DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE:** Atender crianças e adolescentes do Município, na perspectiva da proteção integral, considerando o que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente:

**a) Festividades para as Criança** – Proporcionar ações recreativas em comemoração ao dia da criança e o Natal, oferecendo Atividades Esportivas e Lúdicas, Brincadeiras, Distribuição de Lanches, Distribuição Brinquedos e outros.

**b) Celebrar convênios com Casas de Abrigo e de Recuperação para Crianças e Adolescentes** – Visando oferecer acolhimento a criança ou adolescente, quando houver necessidade.

**Art. 11º** - Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a Lei nº 523/2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, aos oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito

  
**GILBERTO FERNANDES SALVADOR**

**Prefeito Municipal**





**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

**DECRETO Nº 025/2019**

**DATA:** 01 de Abril de 2019

**SÚMULA:** Regulamenta o Art. 7º da Lei Municipal nº 619/2018; define os critérios para usuários da Política de Assistência Social para a concessão dos Benefícios Eventuais, sua caracterização, abrangência e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o Art. 22, § 1º, da Lei Federal nº 8.742/1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

Considerando o Art. 38, da Lei Municipal nº 604/2017, que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social no Município de São José das Palmeiras – SUAS, e dá outras providências.

Considerando a Resolução nº 004, de 27 de julho de 2018, que regulamenta a provisão de Benefícios Eventuais no âmbito da Política pública de Assistência Social de São José das Palmeiras.

Considerando a Lei Municipal nº 619/2018, que dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social, Benefícios Eventuais e Programas, seus objetivos, gestão e estrutura de funcionamento.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Considerar os seguintes benefícios eventuais, de acordo com o Art. 7º da Lei nº 619/2018 e aprovação pelo Conselho Municipal da Assistência Social em reunião realizada no dia 27 de julho de 2018:

- I - Auxílio Documentação**
- II - Auxílio Natalidade**
- III - Auxílio Alimentação**
- IV - Auxílio Passagem**
- V - Auxílio Funeral**
- VI - Auxílio Assistência Judiciária**
- VII - Auxílio Cobertor**
- VIII - Auxílio Cobertura de Emergência**

**Art. 2º** - Aprovar os critérios de concessão dos benefícios eventuais de assistência social, sua caracterização e abrangência, assim definidos:

**§ 1º - Auxílio Documentação:** Caracteriza-se pelo pagamento de fotos 3 x 4 e taxas de documentos pessoais, dentre outros, ao valor máximo de R\$ 40,00 (quarenta reais) cada, para pessoas atendidas na Rede Socioassistencial de proteção social básica, observados os seguintes critérios:





**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

- I – Ser morador do Município de São José das Palmeiras;
- II – Renda per capita de até  $\frac{1}{2}$  (meio) salário mínimo nacional vigente;
- III – Estar inscrito no Cad Único para Programas Sociais.

**§ 2º - Auxílio Natalidade:** caracteriza-se pela entrega de um **Kit enxoval para o bebê** – no valor de até R\$ 170,00 (cento e setenta reais) cada, contendo: 2 macacão; 3 cueiros; 2 mijão; 2 body; 1 cobertor; 2 pares de meias; 1 toalha; 1 banheira. Cujas mães são usuárias da Política de Assistência Social, observados os seguintes critérios:

- I – Ser morador do Município de São José das Palmeiras;
- II – Renda per capita de até  $\frac{1}{2}$  (meio) salário mínimo nacional vigente;
- III – Participar das reuniões e palestras realizadas por Equipe Técnica do CRAS e Centro de Saúde, com frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento).

**§ 3º - Auxílio Alimentação:** caracteriza-se pela concessão de uma **Cesta Básica** – Até um limite de 200 (duzentas) cestas básicas mensais, ao valor de até R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) cada, para famílias em situação de vulnerabilidade, usuárias da Política de Assistência Social, contendo:

- 1 pct. de arroz tipo 1 – de 5 kg;
- 1 pct. de açúcar – de 5 kg;
- 2 pct. de feijão – de 1 kg;
- 2 pct. de macarrão – de 500 g;
- 1 pct. de farinha de trigo – de 1 kg;
- 2 un. de óleo de soja – 900ml;
- 1 pct. de sal – de 1 kg;
- 1 pct. de café – de 500 gr;
- 1 pct. de bolacha – de 740 g;
- 1 un. de molho de tomate – de 340 g;

Observados os seguintes critérios:

- I – Ser morador do Município de São José das Palmeiras, mediante comprovante de residência;
- II – Renda per capita de até  $\frac{1}{2}$  (meio) salário mínimo nacional vigente;
- III – Participar das reuniões sócio-educativas realizadas pela Equipe Técnica do CRAS;
- IV – Famílias cuja composição tenham maior número de crianças, idosos, deficientes, que não possuem casa própria;
- V – Famílias em que o provedor esteja em tratamento de saúde e não recebe auxílio previdenciário;
- VI – Famílias em outras situações que demandem avaliação da equipe do CRAS.

**§ 4º - Auxílio Passagem:** caracteriza-se pela concessão de passagem a indivíduos que estiverem de passagem pelo município, e que, porventura não tenham condições financeiras de voltar ao município de origem, como também demais pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade temporária causada pelo advento de riscos,